

Aproximações metodológicas à imprensa periódica oitocentista: o caso dos periódicos sul-rio-grandenses.

Methodological approaches to nineteenth- century periodical press: the case of newspapers from Rio Grande do Sul

Álvaro Antonio Klafke

Resumo: A imprensa periódica brasileira oitocentista constitui um elemento essencial à análise do processo de construção do Estado e da nação então em curso, e o seu estudo, muito valorizado ultimamente, deve atentar para certas condicionantes de sua produção. Este artigo objetiva analisar, em um primeiro momento, vicissitudes e dificuldades materiais, ou de diversas ordens, que cercavam o trabalho dos redatores dos periódicos sul-rio-grandenses da década de 1830. Em uma segunda parte, debatendo com as ideias de Angel Rama acerca da *cidade letrada*, é destacado que a produção intelectual e informativa do período dava-se no contexto das cidades do império, portanto, defende-se que o *espaço urbano* deve ser considerado como referência fundamental a orientar a leitura dos periódicos, a despeito da sua inserção em uma sociedade eminentemente rural.

Palavras-chave: Imprensa oitocentista – Estado nacional – Rio Grande do Sul

Abstract: The nineteenth-century brazilian periodical press is an essential element to the analysis of the construction of the state and the nation. The reading of these sources, currently highly valued, should be aware of certain conditions of its production. From this assumption, this article aims to analyze, at first, characteristics and difficulties involving the work of the editors of Rio Grande do Sul in the 1830s. In a second part, debating the ideas of Angel Rama on the *lettered city*, it is noted that the intellectual and informative production of the period happened in the context of cities of the empire, therefore, argues that urban space should also be considered basic reference guide for reading the newspapers, despite its inclusion in a predominantly rural society.

Keywords: Nineteenth-century press - national state - Rio Grande do Sul

Introdução

O estudo da imprensa periódica, e mais especificamente do século XIX, é fundamental à análise do processo de estruturação nacional. Os trabalhos recentes, neste campo, só vêm confirmar essa assertiva. Entretanto, a leitura desse conjunto documental, tomado tanto como fonte quanto objeto mesmo das pesquisas, deve atentar para certas condicionantes de sua produção. A partir desse pressuposto, este artigo objetiva, em um primeiro momento, apresentar algo das vicissitudes materiais, ou de diversas ordens, que cercavam o trabalho dos redatores dos periódicos sul-rio-grandenses da década de 1830, com eventuais incursões comparativas com folhas de outras partes do Brasil e de Portugal. Considera-se que, apesar das óbvias distinções decorrentes de contextos sociais particulares, é possível perceber questões comuns, referentes à prática dos redatores e mantenedores das folhas da província, do Império e de além-mar.

Em uma segunda parte, pretende-se debater as ideias de Angel Rama acerca da *cidade letrada*, ou seja, do papel desempenhado pelas cidades na construção das concepções de cultura e civilização, tão caras ao século XIX. Aqui é destacado que a produção intelectual e informativa do período dava-se no contexto das cidades do Império, portanto, defende-se que

também o *espaço urbano* deve ser considerado como referência fundamental a orientar a leitura dos periódicos, a despeito da sua inserção em uma sociedade eminentemente rural. Trata-se, assim, de perceber uma tensão fundamental a cercar a atividade dos redatores, sobretudo os sul-rio-grandenses: propunham-se a defender valores ligados a uma determinada concepção de modernidade bastante distante da realidade econômico-social que os circundava.

Relevância e dificuldades do periodismo oitocentista

A relevância do papel da imprensa periódica nos anos de formação do Estado imperial brasileiro tem sido constantemente destacada. José Murilo de Carvalho aponta à função de tribuna política que a atividade jornalística assumiu em determinado período: “A escassez de espaços [de debate] fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência”. Em contraste com uma representação parlamentar intermitente e longínqua, para vastas áreas do Brasil, a imprensa “funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que a tribuna e mesmo os clubes, alcançava outras regiões do país”. (CARVALHO, 2007, p. 19) Esta constatação geral, válida para o conjunto do Império, pode e deve ser investigada através de estudos que busquem uma observação mais próxima e particular dos órgãos de comunicação e dos agentes empenhados no labor de informação e – especialmente – formação de um público.

Era inegável que após a Abdicação respiravam-se ares um tanto mais liberalizantes, e a ampliação dos espaços de sociabilidade e debate era, em grande medida, refletida e mesmo construída pela imprensa. Em tal conjuntura, a diversidade das posturas e o aspecto militante dos diversos órgãos de informação eram evidentes já nos seus títulos e nas consignas que serviam de epígrafe. Vieram à luz, no Rio Grande do Sul desse período, entre outros, *O Inflexível*, *Idade de Ouro*, *O Legalista*, *O Artilheiro*, *o Campeão da Legalidade*, *o Imperialista*, *o Correio da Liberdade*, *O Povo*, *O Ameriano*, *O Recopilador Liberal*. Também eram bastante utilizadas na titulação expressões menos comprometidas, buscando conferir ao jornal um caráter de análise mais isenta, o que não conseguia dissimular a efetiva tomada de posição e postura política de folhas como o *Imparcial*, *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, *O Observador*, ou *O Analista*, por exemplo.¹ As epígrafes, eventualmente, eram bastante explícitas. Veja-se este admirável poder de síntese: “Legalidade, e União” (*O*

¹ Os periódicos lusitanos incluem-se nessa mesma tendência que, aliás, extrapola o âmbito da língua portuguesa. Como exemplos, observam-se os títulos dos combativos *O Nacional* (Lisboa), *O Artilheiro* (Porto) ou *A Águia do Ocidente* (Lisboa), ao lado daqueles que se diziam menos afeitos às paixões políticas, mas cujos nomes eram significativos: *O Industrial Civilizador* (Lisboa), *A Revista Semanal* (Lisboa) [fazia a “revista” de toda a imprensa local] ou *O Imparcial* (Porto).

Imperialista), ou esta consideração de tom marcadamente “iluminista”: “Os bons escritores moralistas são como os faróis litorais: advertem, dirigem, e salvam os navegantes do naufrágio” (*O Imparcial*). Havia espaço para a conclamação: “A nossa liberdade, honra, e existência política estão em perigo: Rio-Grandenses, salvai a Pátria”. (*O Liberal Rio-Grandense*).²

Mas as publicações, analisadas em conjunto, possuíam elementos em comum. Muitos, por exemplo, eram paginados em sequência contínua (cada exemplar iniciava com a numeração da primeira página imediatamente subsequente ao da última página da edição anterior). Diferentemente da imprensa atual, os jornais eram vistos como uma obra que poderia ser considerada “total”, coerente e “fechada”, no sentido de constituir um texto completo, depois de reunido. Alguns jornais eram publicados com um objetivo específico, quase sempre político, que, uma vez alcançado, eliminava a razão de ser do órgão. Este passava a constituir, então, uma espécie de registro ou memória do acontecido. Os periódicos, em suma, pela sua intenção formativa, para além da mera informação, eram para serem lidos, discutidos, mostrados a outras pessoas e principalmente guardados, exercendo, por vezes, uma função de repositório memorialístico ou histórico.

Contudo, precisamente o aspecto da efemeridade, que a transformação da imprensa, nas décadas posteriores, vai exacerbar, já começava a manifestar-se no período. Vivendo em uma conjuntura de mudança rápida, queixava-se um redator do *Nacional*, de Lisboa, que “o que escreve de manhã, e que foi lido e devorado por uma imensidão de pessoas, o que fez tremer os depositários do Poder, fica esquecido à noite, e de tantos que lêem as suas publicações, talvez não haja um só que passado um dia torne a recordar-se do que leu”. (*O Nacional*. Lisboa, n. 466, 16 de junho de 1836)³. Evidentemente a produção periodística oitocentista sul-rio-rio-grandense distingue-se visivelmente daquela realizada em grandes centros urbanos como Lisboa e Rio de Janeiro. Nessas cidades existia um número maior de publicações, e além do mais algumas eram diárias, o que impunha interpretações variáveis sobre a duração da mensagem veiculada. Entretanto, o redator do *Nacional* parecia exagerar, pois a consideração sobre a volatilidade do texto jornalístico refletia a percepção de um processo em início, e sua própria folha o contrariava, pelos artigos em sequência, pelo retorno a matérias passadas e outras práticas semelhantes.

² Uma análise interessante sobre a função das epígrafes – notadamente de sua associação com os objetivos das publicações e com o momento político no qual faziam sua aparição – foi realizada no já clássico estudo de Nelson Werneck Sodré acerca da imprensa brasileira. (1999, p. 160-163).

³ Essa citação e as dos demais periódicos tiveram a grafia das palavras atualizada, sem outras alterações do texto.

Os prospectos, de maneira geral, apresentavam os objetivos e as interdições que norteariam a publicação. O principal a ser ressaltado, naqueles dias conturbados, era a filiação política do órgão, não sendo usual a pretensa neutralidade com que se apresenta a maior parte da imprensa atual.⁴ Paula Alonso assim resume a questão:

Hay incluso poco de reconocible entre los diarios modernos – dedicados a distribuir información globalizada, financiados principalmente por sus ventas de tiradas en muchos casos masivas y por los avisos publicitarios y clasificados, que hacen de la imparcialidad en la transmisión de noticias su ‘profesión de fe’ – y aquellos diarios de corta vida, pequeña tirada, de lenguaje violento y apasionado, producidos por quienes hacían política, además, con la pluma. (ALONSO, 2004, p. 8)

Tomemos como exemplo o *Correio da Liberdade*, publicado em Porto Alegre, entre 17 de abril de 1831 e 31 de dezembro do mesmo ano, o primeiro da Regência. Manteve-se, em suas 75 edições, firme na defesa do governo que, com dificuldades, tentava consolidar uma nova situação política, de base mais representativa. Tinha como epígrafe uma frase de Cícero: “Unum debet esse omnibus propositum, ut eadem sit utilitas unius cujusque et universorum (Cic. de Off. Lib. I)”, sem tradução da expressão.⁵ A redação era exercida por Manuel dos Passos e Figueiroa, o proprietário do periódico. Seguindo o costume da época, a subscrição foi lançada antes da publicação, através de um prospecto no qual era anunciado que “logo que houver suficiente número de assinantes, publicar-se-á nesta cidade de Porto Alegre o Periódico intitulado *Correio da Liberdade*”. (Prospecto de lançamento do *Correio da Liberdade*. Porto Alegre, s/d, provavelmente abril de 1831). As folhas, portanto, contavam com um conjunto de mantenedores comprometidos formado com antecedência à sua veiculação normal, evidência de seu vínculo estreito a grupos de interesse ou políticos.

No prospecto do *Correio da Liberdade*, após argumentar que a denominação do jornal já indicava seus “sentimentos”, são anunciados seus fins:

[...] ilustrar nossos Patrícios nos princípios Constitucionais por que se devem guiar, e dos negócios mais interessantes tendentes a esta Província. Publicaremos os atos emanados do Governo; transcreveremos dos Periódicos Nacionais *livres* o que neles pudermos colher mais acomodado aos nossos interesses peculiares; aceitaremos correspondências, que forem de utilidade pública, e não atacarem a vida privada do Cidadão; e deixaremos de admitir aquelas correspondências, ou reflexões, que forem de encontro ao Sistema Constitucional, ou que excitem a perturbação ao sossego público. [...] Banir-se-á absolutamente desta folha qualquer doutrina que for propagada por

⁴ Embora lembremos, seguindo estudo de Ana Paula Ribeiro, que mesmo no período de modernização da imprensa brasileira, já em meados do século XX, a pretensa objetividade não eliminou o espaço de opinião e de proselitismo político dos jornais. (RIBEIRO, 2006, p. 427)

⁵ “Todos devem ter sempre este propósito: que a utilidade de cada um seja a utilidade de todos”. A citação, que expressa um reforço da pregação ciceroniana em torno da noção de bem comum, encontra-se, diferentemente do que informava o redator, no livro III da obra *De Officiis*. (VALENTE, 1958, p. 158)

Periódicos *dedicados* ou *vendidos* ao servilismo, bem como qualquer correspondência, que tenda a encaminhar-se a propagá-lo.

Após a profissão de fé nos princípios constitucionais, o redator seguia com o recurso retórico da modéstia, e reforçava sua posição:

Não prometemos ao leitor essa transcendente instrução, que se faz necessária a quem se dedica a instruir o público, por nos não ter cabido em partilha, um espírito talentoso e suficientemente instruído nas matérias de que pretendemos falar; nós nos esforçaremos para mostrar, quais são nossos desejos pelo bem de nossos Concidadãos, nosso zelo pela liberdade, e nossa aversão ao Despotismo, já dos grandes, já dos pequenos Mandões. (Prospecto de lançamento do *Correio da Liberdade*. Porto Alegre, s/d, provavelmente abril de 1831)

Por essa argumentação inicial e pelo seguimento da existência do periódico, é perceptível sua inserção nas fileiras da facção moderada de oposição às tendências absolutistas do imperador. Aliás, é interessante notar que quando o jornal inicia sua publicação regular, D. Pedro I já havia renunciado e o Brasil estava sob governo da Regência Provisória, fato que só foi noticiado, e saudado, na edição número 6, de 4 de maio. Tal intervalo nos dá mostra das dificuldades de comunicação da época e, além disso, nos alerta para a diferença quanto aos “tempos” dos debates políticos travados então. É possível presumir, ainda, que, mais do que demora em receber certos informes, contava, por exemplo, a necessidade de verificar o desenvolvimento dos acontecimentos, ou de manter contatos com correligionários, antes de um pronunciamento mais comprometido.

Outro aspecto evidente do prospecto, comum aos periódicos do período, e que perpassa toda a sua argumentação posterior, é a dimensão retórica do seu texto. Essa característica compartilhada é oriunda da formação comum da maioria dos redatores. Sobre o ensino da retórica, informa-nos João Adolfo Hansen que, no contexto pós-tridentino,

tornou-se uma das principais disciplinas do ensino jesuítico, sendo generalizada em Portugal como modelo para todas as práticas de representação, pelo menos até o final do século XVIII e, no caso do Brasil, até bem mais tarde, como pode evidenciar um rápido exame do currículo seguido no Colégio Pedro II na segunda metade do século XIX. (HANSEN, 2000, p. 9)

A posição humilde em que se coloca o redator (a quem não coube em partilha “um espírito talentoso e suficientemente instruído”), por exemplo, é evidência de uma prática recorrente, orientada por manuais de retórica inspirados pelo espírito da Contra-Reforma, mas todavia vigentes no Brasil do início do século XIX. Também a utilização frequente de *topoi* tradicionais, bem como das comparações de situações dissimiles, atestam a vigência do que Roberto Acízelo de Souza denominou “cultura da eloquência”. (SOUZA, 1999) Tal expressão aponta à existência de um substrato cultural comum, uma forma específica de

escrita vigente, e não à intenção vazia de ornamento literário inconsequente, como anacronicamente é tomada, por vezes, a redação oitocentista. A citação de Cícero, constante na epígrafe, em latim sem tradução, por exemplo, talvez ajude a entender os vínculos que o jornal procura estabelecer com a “boa sociedade”, dentro do campo moderado. Contrariamente, alguns jornais ou panfletos mais exaltados, procurando distanciar-se da tradição então em voga, preferiam as epígrafes em português, ou até mesmo chegavam a satirizar o latim daqueles que se pretendiam mais cultos.

Um dos melhores redatores do período, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, escrevendo no seu *Carapuço*, de Recife, ridicularizava tais recursos, descrevendo os “capadócijs”, principalmente da imprensa: “Capadócijs há afrancesados, e destes é mais crescido o número, e outros há que são Latinórios. Os primeiros tudo debruam de palavrinhas Francesas, como *ressortes, massacres, engajamentos, ou engajadelas, etc.*, [...] e não faltam basbaques, que os tenham por uns talentos assombrosos.” Os segundos seriam aqueles que “permeiam todo o seu arrazoado, todas as suas histórias de expressões Latinas, de frases de algibeira, [...] que pescaram de orelha”. (*O Observador*. Rio Grande, n. 86, 9 de março de 1833, reproduzindo artigo do *Carapuço*, de Recife) A crítica mordaz referia-se a uma prática efetivamente corrente.

De maneira geral, os jornais eram compostos por textos do próprio redator, ou redatores, transcrições de outros periódicos, normalmente com os quais havia afinidades, mas também para serem discutidas e/ou violentamente criticadas, e reproduções de trechos de obras de pensadores com os quais se identificavam ou que, pragmaticamente, serviam de apoio à argumentação. Também eram frequentes as inserções de correspondências (as quais geravam, muitas vezes, acirradas polêmicas) e anúncios oficiais. Esses anúncios, que ocupavam grande parte do espaço de vários jornais do período, muitas vezes podem ser desvalorizados por um pesquisador que lhes dedique uma leitura pouco atenta. Contudo, há que se refletir sobre a relevância de sua publicação. Representam, por um lado, uma das poucas e, sem dúvida, a principal forma de comunicação do governo com os cidadãos (ou súditos, a terminologia por vezes é indiferenciada, em outras é explicitamente vinculada à inclinação política), em um período marcado por intensa atividade normatizadora. Além disso, as ações do governo eram divulgadas e também *discutidas*, tanto pelos redatores quanto através das correspondências.

Um razoável espaço estava reservado aos anúncios particulares, aliás, fonte interessantíssima para análise social e política do período. Além de servir como facilitador do comércio, à semelhança dos classificados atuais, em alguns periódicos (o *Artilheiro* é o caso

mais notório), eram inseridos “falsos” anúncios que serviam de meio para ironias e ataques aos adversários.⁶

Outras informações sobre o comércio, como entradas e saídas dos navios do porto, listas de preços de mercadorias, valores de câmbio eram esporádicas e incompletas, na maioria dos jornais, revelando o escasso interesse nesses aspectos.⁷ Mesmo as publicações que afirmavam voltar-se ao desenvolvimento econômico, prometendo manterem-se alheias às disputas indesejáveis insufladas pelo “espírito de partido”, invariavelmente não mantinham esta determinação, acabando por tomar parte dos embates políticos.⁸

Questões técnicas referentes à execução dos jornais merecem atenção, pois demonstram as dificuldades deste tipo de empreendimento. O uso do termo “empreendimento” não é gratuito, porque nesses anos começava a desenvolver-se, ainda que timidamente, no Brasil, uma imprensa com características mais empresariais, ou seja, a publicação de um jornal passa a ser considerada também enquanto negócio, com expectativa de lucro à semelhança de qualquer outro, como lembra Marco Morel. Investimento de altíssimo risco, diga-se de passagem, a julgar pela efemeridade da maioria e pelas falências pessoais acarretadas.⁹ O equipamento para impressão era caro, exigindo um capital que somente grupos fortes, empresários com razoável cabedal ou o poder público de distintos níveis dispunham. A montagem de tipografias já constituía, por si só, uma empresa, e muitas eram responsáveis por diversas publicações. Em Porto Alegre havia, por exemplo, a de C. Dubreil & Cia., que imprimiu *O Continentino*, *O Compilador*, *O Anunciante*, entre outros, assim como a de V. F. Andrade, ligada aos farrapos, impressora do *Recopilador Liberal*, *O Colono Alemão*, *O Continentista*, etc. Em Rio Grande, a tipografia de Francisco Xavier Ferreira imprimia seu próprio periódico, o *Noticiador*, órgão de tendência farroupilha, mas

⁶ Na edição de número 44, de 26 de maio de 1838, *O Artilheiro*, de Porto Alegre, publicava, sob a rubrica “Anúncios”, uma série de tiradas debochadas que se referiam aos líderes ou simpatizantes dos farrapos: “Perdeu-se um belo macho gateado, de parelha, marca – W – que ia de mimo para a Corte, e consta fora visto a poucos dias fora das trincheiras: quem dele der notícias terá alvíssaras”. No seguimento, além de outros “produtos”, anuncia-se a venda de “MADEIRAS: Esteio para *sustentar obras políticas*. Bordões para todas as idades e usos. Pau para toda a obra”.

⁷ Uma observação singela como esta, em uma análise de publicação realizada em contexto histórico absolutamente distinto, já é passível de questionamento. O “escasso interesse” poderia, na verdade, significar dificuldade de obter informações, por exemplo. Nunca é demais lembrar que, como alerta James Amelang, “argumentar a partir del silencio es peligroso”. (AMELANG, 2003, p. 81)

⁸ O exemplo mais significativo é o do *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, periódico que no seu prospecto de lançamento garantia afastamento do debate mais acirrado, mas que não se furtou, em toda a sua curta existência, a atuar de forma absolutamente politizada, e posicionada em favor dos liberais moderados.

⁹ Um caso notório é o de José Marcellino da Rocha Cabral, advogado e redator do citado *Propagador*, e fundador, mais tarde, do *Despertador*, importante jornal da Corte. Morel o define como “um dos pioneiros no Brasil da criação de uma imprensa de dimensões empresariais”. (MOREL, 2005, p. 73) O empreendedorismo de Cabral, a despeito da sua relevância no período, o levou à falência e a ter de voltar a viver da advocacia. Sobre a trajetória de José Marcellino da Rocha Cabral pode-se consultar o trabalho de Álvaro Klafke e Ana Arce: *O “escritor público”: imprensa e constituição do Estado no Brasil imperial*. (KLAFKE & ARCE, 2008)

também o *Observador* e o *Propagador* (em uma primeira fase), ambos assumidamente moderados e legalistas.

Um caso peculiar, que mostra ao mesmo tempo a que ponto podiam chegar as disputas e as dificuldades com que lidavam aqueles escritores e impressores, aparece em uma denúncia veiculada no número 45 do *Artilheiro*, contra José Girard, um dos redatores do *Campeão da Legalidade*. Alegava o redator que “O Artilheiro tem sido ameaçado por vezes, e na noite de 4ª feira 30 do passado foi seu Editor procurado, e sua casa e oficina, duas vezes atacada e percorrida por quatro assassinos, que não encontrando ao Editor, destruíram alguns utensílios e roubaram porção de tipos”. (*O Artilheiro*. Porto Alegre, n. 45, 2 de junho de 1838) A queixa sustentava que o propósito era impedir a veiculação do periódico, e note-se que são jornais teoricamente do mesmo campo político, “legalistas”, ou seja, contrários aos farrapos.

Difícil é aferir o grau de veracidade da acusação, mas, por uma observação ampla, o mínimo que se pode assegurar é que a parte técnica poderia, sim, definir a continuidade ou não da folha. As razões pelas quais um periódico encerrava sua publicação podiam ser várias, como a realização de seus objetivos iniciais, o afastamento do redator, a dispersão do grupo que o mantinha. Tudo isso aponta para a dinamicidade, mas também atesta a precariedade da imprensa do período. Nestas circunstâncias, as condições materiais da execução de um projeto jornalístico assumem importância capital. O *Correio da Liberdade* é um exemplo notável pela razão alegada quando do seu fechamento:

Já há muito que poderosas circunstâncias haviam suscitado em nós o desejo de pôr termo à redação deste Periódico, mas tendo-nos comprometido com alguns dos Srs. Subscritores nos foi forçosa a continuação; agora, porém, que com desprazer temos notado na maior parte deles bastante desgosto, procedido da incapacidade dos tipos de que nos havemos servido, não nos tendo sido possível melhorá-los, como por muitas vezes empreendemos, nós mesmos chegamos a desgostar-nos do nosso trabalho, a ponto de tomarmos a firme resolução de levar a efeito aquele desejo, e mais por satisfazer o nosso comprometimento que pelo gosto de empregar os nossos esforços na ilustração pública, pois que eles perdiam todo o merecimento à vista de uma Tipografia inteiramente cansada e incapaz, continuamos a redação até o dia de hoje, em que se finalizam todas as nossas subscrições. (*Correio da Liberdade*. Porto Alegre, n. 75, 31 de dezembro de 1831)

Realmente, no aspecto gráfico, o jornal mostrava bastante precariedade, e era visível a improvisação a que o tipógrafo tinha de recorrer para compor seus textos. Os problemas decorrentes da materialidade da escrita, em uma época de disseminação do texto impresso, aqui se manifestam de forma evidente. A inconformidade de Figueiroa e seus leitores com a configuração do jornal parece ser representativa do processo de “tecnologização da palavra” – para usar os termos de Walter Ong –, que na sociedade ocidental culmina com a “profunda interiorização da impressão”. (ONG, 1998, p. 117) Nesta situação, a forma de compor e de ler

um texto é, em grande parte, determinada pelas condições de produção gráfica. A julgar pela justificativa do redator, aparentemente, o substrato material, ou seja, a impossibilidade de *apresentar* os textos da maneira como seria adequado, foi, em grade medida, responsável pelo fim de seu projeto jornalístico. Esse é um caso extremo, mas convém lembrar que, de maneira geral, os recursos gráficos eram bastante precários, o que nos alerta para a relevância, pode-se dizer a posição central que o *texto* assume nestas condições.

Mas enquanto a tipografia não se mostrou “inteiramente cansada e incapaz”, o *Correio da Liberdade* e seus congêneres desempenharam uma função relevante na defesa de distintos projetos políticos. Para além desse papel, interagiram de maneira intensa no cotidiano da cidade, espaço que condiciona, via de regra, a atuação de um órgão de comunicação.

Uma atividade urbana

A publicação e a maior distribuição dos jornais provinciais acontecia em Porto Alegre e Rio Grande, as únicas localidades, além da ascendente Vila de São Francisco de Paula, posteriormente Pelotas, e de Rio Pardo, que podemos tomar como núcleos urbanos consideráveis, no período. Assim, com ressalvas, pode-se ver os periódicos como inseridos no (e conformando o) contexto que Angel Rama denominou de “cidade letrada”, aqui valorizado pela escassez do que se poderia considerar como espaço urbano na sociedade provincial rio-grandense da primeira metade do século XIX. (RAMA, 1985)¹⁰

As nossas cidades “letradas”, a bem da verdade, parecem abrigar um restrito círculo de letrados, devido às notórias dificuldades do quase inexistente sistema educacional. Se o analfabetismo é grande, contudo, é possível presumir que já existisse uma comunidade leitora constitutiva de um incipiente “mercado” de cultura e informação. De outra forma, não se justificaria o grande número de publicações lançadas em todo o período abordado, muitas delas simultâneas.¹¹ Além disso, talvez o conteúdo dos periódicos, de alguma maneira, fosse passível de ser apropriado por um público mais amplo, incluindo setores iletrados, embora

¹⁰ O destaque conferido por Rama ao espaço urbano como ambiente por excelência da cultura letrada compatibiliza-se com a análise realizada por Antonio Castillo Gómez para um período anterior. Esse autor, estudando o que ele denominou de constituição de uma “razão gráfica”, que acompanharia a estruturação da época moderna, lembra que a cultura escrita foi favorecida pelas novas condições de possibilidade oferecidas pela cidade: “La palabra escrita no solamente se pregonará por calles e plazas, también se mostrará cincelada sobre piedra, pintada em arcos triunfales, trazada con un carboncillo o manuscrita e impresa dando forma a un pasquín, manifiesto o cartel infamante. Pero eso sí, siempre expuesta y destinada a un acto de recepción colectiva, la lectura de plaza”. (CASTILLO GÓMEZ, 1998, p. 375)

¹¹ Roger Chartier destaca a cidade como lugar onde circulam textos e a relação entre práticas de leitura e o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Nesse sentido, haveria uma vinculação estreita entre os cafés e os jornais, “seja porque o jornal publica discussões, imaginárias ou reais, que se desenrolam no café ou porque o conteúdo do jornal alimenta as discussões que ocorrem nos cafés”. (CHARTIER, 2001, p. 122) Os “cafés” podem ser equiparados a qualquer espaço que permitisse o encontro e a conversa, nas cidades do Brasil, como tavernas, barbearias e as próprias redações.

não haja indicações concretas nesse sentido. A questão da recepção permanece incerta, circunscrita a essa dimensão aproximativa e conjectural. Raramente encontra-se alguma informação segura acerca do número de assinantes de um jornal. Na edição 16 do *Artilheiro* o redator desferia uma “Cutilada”, seguindo sempre o seu estilo agressivo. Após frisar que era costume, “entre os Periodiqueiros”, remeter uns aos outros as suas folhas, protestava que:

em observância desta praxe usual, mais por política, do que por interesse, mandou o Artilheiro as suas folhas à Gazeta Mercantil do Rio Grande, e esperando da civilidade do Redator uma igual retribuição, até hoje nada de novo, tendo decorrido mais de três meses: para se conjecturar falta de entrega, não pode ser; porque perto de 100 assinantes, que ali tem o Artilheiro, ainda nenhum se queixou; o que é mais verossímil, é que as doutrinas do Artilheiro não se ajustam com o pensar do Redator da Gazeta Mercantil, ou, talvez, que não lhe faça conta a troca: em qualquer dos casos parece que pedia a civilidade, que o Redator, ou Editor, fizesse duas regrinhas ao Artilheiro, dizendo-lhe que não lhe convinha a troca, e por conseguinte, que não continuasse a mandar-lhe as folhas, o que já se fez, logo que se conheceu a sua grosseria. O finado Correio, apesar das balas do Artilheiro, nunca faltou à civilidade, o Sete d’Abril, o Cincinnato, e outros papéis interessantíssimos da Corte, com os quais se não pode equiparar a Gazeta Mercantil, apesar de não lhes convir a troca, não têm faltado, retribuindo com as suas folhas. (*O Artilheiro*. Porto Alegre, n. 16, 4 de novembro de 1837)

Se de fato o jornal contava com cerca de cem subscritores em Rio Grande, pode-se avaliar que em Porto Alegre, sua sede, o número fosse bem mais expressivo. Isso, aliado à percepção do caráter absolutamente posicionado e virulento da folha, permite pensar que havia um razoável público leitor, na medida em que outras publicações, de tom menos radical, possivelmente contassem com mais simpatizantes. Todavia, mais importante que o dado (impreciso) sobre os assinantes talvez seja o teor da própria queixa, demonstrativa de uma praxe que favorecia não só a circulação da informação como alimentava o debate, visto que a troca acontecia até entre distantes províncias do Império e mesmo entre adversários. Estava em processo em todo o Império, de maneira geral, o que Marco Morel observa sobre o jornalismo da Corte: “a consolidação de uma camada de homens de letras que, aptos a serem leitores, davam um passo adiante e formavam um público privilegiado”. (MOREL, 2005, p. 215) Esse público era majoritariamente composto pelos cidadãos “ativos”, ou seja, a parcela da sociedade com relativo poder de decisão. Decorrente disso o fato de que, invariavelmente, os textos, especialmente dos periódicos mais moderados e/ou que se declaravam apolíticos, eram direcionados às “classes ilustradas”, abdicando de atingir os demais segmentos. Parecia haver uma pretensão de mais amplitude social de algumas folhas declaradamente políticas, mas, evidentemente, mesmo os redatores dos jornais mais combativos viam-se frente aos limites determinados pelo acesso de poucos à possibilidade de compreensão dos temas tratados.

Um periódico de Lisboa, para citar um exemplo mais distante, abordava de forma muito explícita essa dificuldade, quando anunciava que mudaria de nome (de *Águia* para *Águia do Occidente*, em função de nova composição societária) e que seria “mister rebaixar o estilo, para falarmos a leitores de todas as classes”. Prometia-se ainda uma

folha mais ampla do que até aqui, e de um papel muito mais belo oferecerá aos olhos uma seara muito mais fértil e agradável. Uma nova fundição de tipos de caráter muito mais miúdo fará crescer ainda a matéria contida neste espaço: uma imprensa de vapor dará uma extraordinária rapidez à publicação, e os leitores verão aparecer a *Águia do Ocidente* horas antes que amanheça para qualquer outro periódico. (*A Águia*. Lisboa, n. 58, 19 de setembro de 1834)

Ao anúncio do rebaixamento de estilo correspondiam outras medidas que visavam, em suma, tornar o jornal mais popular e também mais competitivo em termos comerciais. O projeto parece que logrou êxito, pois o jornal foi sucedido, em mais uma troca de título, pelo *Nacional*, órgão de relativa longevidade para a época, atuando, embora sem alteração estilística mais evidente em relação aos congêneres, de 1834 até 1842.

Não obstante uma certa popularidade alcançada por folhas esparsas, havia em Portugal, com relação ao público, uma percepção que não se distanciava, no geral, da que se tinha no Brasil. Lúcia Neves, em uma argumentação de sentido semelhante à de Morel, discorrendo sobre a imprensa do período da Independência, registra: “Na realidade, para os autores de folhetos e redatores de periódicos, somente a elite reunia condições intelectuais para ter acesso aos folhetos e, por conseguinte, à cultura política, convertendo-se ela própria no principal público de si mesma”. (NEVES, 2003, p. 104) Na década regencial, contudo, ocorreu uma limitada ampliação desse público, decorrente do acirramento dos embates políticos, da maior inserção de segmentos sociais subalternos, principalmente urbanos, nos conflitos, e da necessidade de difusão das posições adotadas.

Desde o início era destacada, por parte dos diversos redatores, a intenção de inserção na vida cotidiana da cidade. Nos prospectos de lançamento, além da peroração de cunho político, havia o lembrete de que se aceitavam “anúncios de compras, vendas, aluguéis, achados e perdas, etc, etc, os quais serão grátis, para os assinantes, e a 40 réis por linha para os que o não forem”. (Prospecto de lançamento do *Correio da Liberdade*. Porto Alegre, s/d, provavelmente abril de 1831) Estes pequenos negócios, convém salientar, também auxiliam a tornar as redações um ponto de convergência no espaço da cidade. A esses exemplos da rotina diária, podem ser agregadas outras indicações dos jornais, enquanto participantes ativos da vida da comunidade. No segundo número do mesmo *Correio da Liberdade*, o redator retifica a intenção de publicar um texto, anunciada na edição anterior:

No nosso 1. N. [primeiro número] prometemos publicar o que diz o Novo Censor acerca dos acontecimentos que na Corte tiveram lugar desde 11 até 15 de Março; para fazermos porém a vontade a alguns de nossos Assinantes, o substituímos pela exposição do Repúblico, desprezando aquele Periódico por causa de seu Autor, cujo caráter é bem conhecido nesta Cidade; protestamos porém publicar outras produções que mereçam mais crédito. (*Correio da Liberdade*. Porto Alegre, n. 2, 20 de abril de 1831)

A citação é interessante porque condensa alguns elementos que são destacados nesta análise. A manifestação do desejo (ou da pressão) de um grupo de assinantes revela a relevância atribuída aos órgãos de comunicação, principalmente como indicador de filiação e participação política. Por outro lado, há uma menção clara de uma disputa travada no âmbito da cidade, possivelmente antagonizando grupos que circunscrevem alguns dos espaços de sociabilidade da capital da província.

Essas polêmicas acerca das matérias reproduzidas permitem observar os conflitos implicados na redação da folha. Tratava-se de pessoas e grupos políticos eventualmente com posicionamentos discordantes, disputando a primazia de uma certa orientação “editorial” do órgão do qual todos eram assinantes. Nesse período, convém lembrar, a precariedade dos meios de subsistência da imprensa fazia com que os patrocinadores, principalmente daqueles jornais que não contavam com apoio do governo, tivessem um poder de influência muito mais forte do que a massa de leitores dos periódicos atuais. O grupo que solicitava a inserção do texto, aparentemente uma facção mais exaltada dos mantenedores do jornal, já o conhecia de antemão e pretendia dar-lhe maior publicidade.

Existe outro aspecto relativo à *cidade* que deve ser considerado. Para além de servir de palco onde se travam as principais disputas de opinião, ao aglutinar os centros de debate (como o parlamento, associações e redações dos periódicos), ela parece funcionar como agente histórico dotado de uma certa personalidade autônoma. No nosso caso, a cidade, em alguns momentos do discurso dos defensores da unidade imperial, aparecerá como agente e símbolo da modernização e do progresso. Insinua-se uma contraposição muito nítida: ao associar o urbano com o progresso e a atividade pecuária, especialmente, com o atraso, coloca-se em pauta o debate orientado pelo par de conceitos antitéticos *civilização* e *barbárie*.¹²

¹² Reinhart Koselleck discorre sobre a utilização desse recurso de argumentação e mesmo de constituição dos grupos de ação política, no qual a autodeterminação é baseada na exclusão de contrários: “Assim, a história conhece numerosos conceitos opostos que são aplicados de um modo que o reconhecimento mútuo fica excluído. Do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade, pode ser equiparado a uma espoliação. Trata-se, nesse caso, de conceitos opostos assimétricos. Seu oposto é contrário, porém de maneira desigual.” (KOSELLECK, 2006, p. 193)

A crítica, logicamente, não poderia ser frontal e genericamente dirigida contra as atividades rurais, em um país que dependia exclusivamente disso. Em termos políticos e culturais, era mais sutil. José Marcellino da Rocha Cabral, o ponderado redator do *Propagador da Indústria Rio-Grandense*, escrevendo no ano de 1833, constantemente teorizava acerca da modernização das sociedades alinhando críticas ao setor que representava a base social dos futuros desafidores da ordem imperial, já se articulando nesse período. Chama a atenção a censura reiterada à pouca diversificação econômica e à excessiva dependência da produção pecuária. Os artigos, sem deixar de reconhecer nesse segmento o impulsionador da economia local, insistiam na diversificação e, de certa forma, na primazia da agricultura, deixando patente até mesmo um certo conceito de civilização que chegava a ser ofensivo aos criadores:

É tempo de irem os rio-grandenses passando da primitiva indústria das criações de gados, para a da agricultura, que se segue naturalmente na ordem dos progressos do espírito humano. Não queremos com isso dizer, que se abandone o gênero de produção mais importante, e talvez o mais análogo à natureza do nosso solo, antes fazemos votos porque ele se aumente e aperfeiçoe; mas desejamos que não seja exclusivo, e que os rio-grandenses não fiquem estacionários na condição de povos pastores. O nosso território é vasto, e tem lugar nele muitos gêneros de produção, sem se prejudicarem; podemos, sem abandonar a criação de gados, entregar-nos a outras culturas. (*O Propagador da Indústria Rio-Grandense*. Rio Grande, n. 11, 9 de março de 1833)

A referência ao primarismo da exclusividade da atividade pecuária chegava ao exagero retórico, pode-se dizer até afrontoso, de nivelar os orgulhosos criadores de gado à condição “estacionária” dos “povos pastores”. O redator, que afirmara não se envolver nas polêmicas políticas, parecia estar aqui, ainda que não explicitamente, estabelecendo uma clivagem potencialmente fomentadora de rivalidades locais.

Notemos que aqui há a valorização da agricultura, em detrimento da criação de gado, sem avançar ao ponto de questionar a base da economia nacional, na qual a pecuária ocupava papel subsidiário na cadeia produtiva. De resto, a maior consideração pelas atividades agrícolas era corrente desde a atuação dos “iluministas”, e fora teorizada na sua vertente fisiocrática. É pela consideração da inserção dos comerciantes nessa articulação que se pode pensar nas relações entre os interesses dos segmentos urbanos e o tom da argumentação de alguns de seus jornais, marcadamente maniqueísta.

Mais explícito em relação à comparação entre a cidade e o campo como pólos que de certa forma antagonizam na tarefa civilizadora era a diatribe sarcástica do *Artilheiro*. No final do ano de 1837, o redator deixava de lado a sua constante preocupação com a defesa de Porto Alegre, então sob cerco, e debochava da pretensa busca de raízes locais e rurais dos

farroupilhas. O artigo chama-se “O Gabinete Piratiniense”, e nele dizia-se que fora encontrada uma canastra com papéis administrativos da “Répilha”, como ele costumava referir-se à República Rio-Grandense. Um desses documentos seria um decreto ordenando a construção de um panteão, na capela de Viamão, para colocar os bustos dos líderes farrapos. Enquanto não chegasse o mármore, os bustos deveriam ser feitos de barro... Também consta que se instituiria uma Ordem de Cavalaria, cujas comendas seriam de couro cru. Outro desses papéis decretava a abolição do uso da língua portuguesa, e encarregava “a Custódio Gonçalves Lopes, vulgo o *Ferrugem*, de compor uma nova língua para ser falada pelos súditos da Répilha Piratiniense”. Por fim, um terceiro decreto determinava

a todos os súditos da Répilha, sob pena de não serem tidos como tais, que da publicação deste decreto em diante, nenhum use mais de sobrenome ou apelido, que não tenha relação com as coisas pertencentes ao estado, em consequência deste decreto o Presidente, que dantes se chamava José Gomes Jardim, se ficou chamando José Tordilho Rincão. Todos os magnatas da Répilha mudaram os sobrenomes: Bento Gonçalves adotou o de Bento Sobruno Churrasco; Onofre o de Onofre Cachaça Ruano Camelo; Netto o de Antonio Parelheiro Prateado; Marcellino Pampa Melado; João Antonio Malacara Pangaré; os mais assim em proporção. (*O Artilheiro*. Porto Alegre, n. 24, 30 de dezembro de 1837)

Existem vários aspectos desse texto passíveis de atenção, como a utilização (irônica?) do termo “súdito” para referir-se aos simpatizantes da república. Cabe também lembrar que a vinculação do jornal com a facção mais conservadora dos chamados legalistas fica evidente pela referência explícita ao sentimento nativista daqueles que, ao tempo da Independência, imbuídos do novo sentimento de pertencimento “nacionalista”, chegaram a alterar os nomes, americanizando-os ou abasileirando-os utilizando termos indígenas.

As ironias e o sarcasmo do *Artilheiro* pode ser associado, pelo sentido, à argumentação mais equilibrada, bastante anterior, do redator do *Propagador*. O que as une é a execração das pretensões dos desafidores da política imperial centralizadora. Mas a crítica acaba virando também uma condenação do estilo de vida (em grande parte imputado) dos rebeldes. Ao insistir na contraposição entre os legalistas/urbanos e os farrapos/estancieiros, está-se direcionando a discussão para o campo da cultura, no qual a cidade representaria um estágio de civilização superior.¹³

¹³ Essa contraposição marca, também, a história política e cultural argentina, especialmente a partir da obra de dois autores marcantes, ambos intelectuais e ativistas políticos: Sarmiento e Alberdi. Guazzelli analisa posicionamentos que os distinguem e aproximam, destacando os fundamentos deterministas e politicamente interessados de seu discurso, o que redundou no estabelecimento das conhecidas dicotomias entre cidade e campanha, ou litoral e interior. (GUAZZELLI, 2004, p. 31-50)

Esta e outras passagens auxiliam na apreensão de um momento de transição política e cultural bastante profundo e amplo. Os redatores do período (mais especificamente os defensores da unidade imperial, mas o mesmo vale para os de outras posições políticas) viam-se às voltas com a tarefa de defender e explicar uma concepção de Estado e de sociedade que se pretendia progressista e modernizadora. Há aqui uma primeira dificuldade, pois a peculiar idéia de progresso tinha de ser compatibilizada com a excludente, e sob muitos aspectos retrógrada estrutura social herdada do período colonial. A manutenção da escravidão era a marca mais visível dessas permanências.

É contra este pano de fundo, e atentos a diferenças fundamentais, que podemos estabelecer certas relações. Nas palavras de Angel Rama, “O futuro que ainda não existe, que é apenas sonho da razão, é a perspectiva genética do projeto”. (1985, p. 27) O autor refere-se ao processo de fundação das cidades na América de colonização hispânica, mas a idéia central é semelhante à que norteia a constituição do renovado projeto imperial (pelo menos enquanto discurso, na medida em que é constante o apelo ao novo, ao futuro grandioso), embora deva-se atentar para os aspectos de continuidade derivados do Império português, aquilo que Ilmar Mattos denominou de restauração – limitada – da *moeda colonial*. Para o autor, a metáfora serve à caracterização dos dois aspectos complementares da situação colonial: a face metropolitana, destacando o monopólio e a centralização administrativa, e a colonial, na qual os colonos surgem como executores, para seu próprio proveito, do monopólio, em nível local e mais diretamente monopolizando homens, terras e meios de produção. A restauração pós-independência implicava, para as elites dirigentes da Corte, superar dificuldades políticas oriundas da necessidade de articular regiões/províncias dissímiles, desprovidas do sentimento nacional. Na expressão objetiva de Mattos: “Se a Nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição moderna e revolucionária, o território do Império devia ocupar o seu lugar, sendo a sua integridade e indivisibilidade um ‘dogma político’”. (MATTOS, 2004, p. 97)

O projeto imperial necessitava de formuladores e mediadores, e o periodismo, intenso e cotidiano, exercido desde as poucas cidades significativas do vasto território, cumpria, em parte, esta função. Desta forma, a “cidade letrada” se impunha, em termos políticos e sociais, pela sua função de intermediação, pelo “manejo dos instrumentos da comunicação social e porque através deles se desenvolveu a ideologização do poder que se destinava ao público”. Sua supremacia se deveu, fundamentalmente, “ao paradoxo de que seus membros foram os únicos exercitantes da letra num meio desguarnecido de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta e porque coerentemente procederam a sacralizá-la dentro da tendência

gramatológica constituinte da cultura européia”. (RAMA, 1985, p. 49-50)¹⁴ Tendo em vista o momento que analisamos, convém lembrar que o discurso de uma certa supremacia ideológica, elaborado e divulgado a partir de um centro urbano, não é incompatível com o fato notório de que este estava apoiado em um sistema econômico de base eminentemente rural, observação que, de resto, também vale para todo o universo latino-americano, e mesmo para parte do europeu, pelo menos até meados do século XX.

Embora deva ser discutida, também tem sentido a afirmação de Angel Rama de que “a escritura acaba absorvendo toda a liberdade humana, porque só no seu campo se desenrola a batalha de novos setores que disputam posições de poder”. (1985, p. 63) Há aqui, em primeiro lugar, um evidente exagero de “letrado” em limitar o campo de possibilidades de exercício da liberdade humana. Além disso, também são ignoradas outras formas de disputa de poder, como o antiqüíssimo e sempre recorrente uso da força, pura e simplesmente. Mas o que deve ser destacado é a consciência da impossibilidade da disputa ou exercício do poder, no mundo moderno, ou que assim se pretende, sem a utilização da escrita em sua forma pública, na qual a imprensa exerce papel fundamental.

Na constituição de uma esfera pública, os pequenos jornais ou “gazetas”, para Rama, são importantes porque, com todas as ressalvas e prevenções contra os anacronismos, eles partem, pelo menos grande parte deles, de uma base econômica e social já “implicitamente burguesa: deriva do dinheiro com que podem ser comprados pelos que dispõe dele ainda que não integrem o Poder”. (RAMA, 1985, p. 69) As menções citadas acerca das solicitações feitas pelos subscritores do *Correio da Liberdade* parecem corroborar esta assertiva.¹⁵ Existe, além dos vínculos políticos, um compromisso entre o empreendedor que lança um periódico e seus assinantes que, se de um lado pode ser visto como uma relação de negócios (prestação de serviços), também significa a constituição de um espaço político e intelectual que busca se emancipar do exclusivismo da ação governamental.

As reflexões de Rama sobre a formação da cultura latino-americana, tomando como base de análise o universo intelectual das cidades, têm o mérito de permitir uma visão global e de longo prazo, multissecular. Também é relevante em termos políticos, na medida em que tenta, com maior ou menor sucesso, em várias passagens de sua obra, não deixar o Brasil à margem do processo de constituição política e social da América de colonização ibérica.

¹⁴ Para Rama, ainda, a “cidade letrada” não somente defende a norma metropolitana da língua que utiliza (espanhol ou português), como também a *norma* cultural das metrópoles que produzem as literaturas admiradas nas zonas marginais. (RAMA, 1985, p. 63)

¹⁵ Sobre a comercialização do conhecimento e da informação em geral, abordando o tema das assinaturas e subscrições de jornais, revistas e livros, marca distintiva da época moderna, uma apreciação sucinta foi realizada por Peter Burke. (BURKE, 2003, p. 136-158)

Contudo, é necessário frisar que existiram diferenças de percurso entre os universos coloniais português e espanhol que são significativas. É sintomático, por exemplo, que Rama, conhecedor da produção intelectual brasileira, não faça menção à obra de Sérgio Buarque de Holanda. Em *Raízes do Brasil*, em um capítulo cujo título eloqüente é “O semeador e o ladrilhador”, é destacado o papel diferenciado que o espaço urbano desempenhou na América hispânica e no Brasil. Para Holanda, razões culturais, como a intenção de estender o cristianismo às terras novas, marcadamente forte nos castelhanos que pouco antes haviam vencido o último reduto muçulmano na Europa, ajudam a explicar a intenção de construir cidades planejadas, e com funções de domínio sobre o território. Em contrapartida, os portugueses, povo mais viajante e mercantilista, preocupavam-se mais em garantir o litoral das áreas colonizadas, sem cuidado de fixação mais efetiva e organizada. Embora seja discutível o argumento de direcionamento civilizacional diferenciado, é inegável que, de fato, a constituição e a função das cidades lusas e hispânicas durante o período colonial apresenta trajetórias passíveis de distinções significativas. (HOLANDA, 1995, p. 93-138)

À menor relevância administrativa e poder político das cidades coloniais portuguesas, também correspondia sua frágil influência cultural. Esta situação, obviamente, vai ser modificada a partir da Independência e, principalmente, da Abdicação. Como nação soberana, o Brasil cresce e se complexifica, passando a aumentar a importância das cidades como palco das disputas políticas e intelectuais. Esta real diversificação da sociedade brasileira – a imigração alemã na província sul-rio-grandense, por exemplo, a atesta – deve ser relativizada, sob pena de absurdamente superestimar a “modernidade” social e transferi-la para a atividade da imprensa. Pelo menos até o final do Império, e para alguns mesmo depois, o Brasil viveu um período de gradativa modificação que manteve, muito perceptivelmente, traços de uma assim chamada sociedade de Antigo Regime. Todavia, o período regencial, de forma mais nítida, testemunhou ensaios de aceleração das mudanças, especialmente no campo político, impulsionados ou retratados pelos periódicos, em todo o Império. Também na província sul-rio-grandense, a atuação dos jornais pretendia conformar, consideradas as ressalvas, aquilo que é essencial à vida política de um regime que se pretendia parlamentar e que somente poderia se constituir no âmbito urbano: um espaço de discussão propício à construção de uma incipiente esfera pública.

Referências

Periódicos Sul-Rio-Grandenses:

O Artilheiro (Porto Alegre, 1837-1838)

Correio da Liberdade (Porto Alegre, 1831)

O Imparcial (Porto Alegre, 1844-1849)

O Liberal Rio-Grandense (Rio Grande, 1835-1836)

O Observador (Rio Grande, 1832-1834)

O Propagador da Indústria Rio-Grandense (Rio Grande, 1833-1834)

Portugueses:

A Águia (Lisboa, 1834-1835)

A Águia do Occidente (Lisboa, 1834)

O Artilheiro (Porto, 1835-1837)

O Nacional (Lisboa, 1834-1842)

A Revista (Lisboa, 1834-1836)

Revista Semanal (Lisboa, 1833)

Referências bibliográficas

ALONSO, P. (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

AMELANG, J. *El vuelo de Ícaro: La autobiografía popular en La Europa moderna*. Madrid: Siglo XXI, 2003.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, J. M. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, J. M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTILLO GÓMEZ, A. La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII). In: *Bulletin Hispanique*. Bordeaux, t. 100, nº 2, p. 343-381, 1998.

CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

GUAZZELLI, C. Sarmiento e Alberdi: o diagnóstico dos males na Argentina do século XIX. In: *Diálogos*, Maringá, v. 8, nº 1, p. 31-50, 2004.

HANSEN, J. A. A civilização pela palavra. In: LOPES, M., FARIA FILHO, L. e VEIGA, C. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26 Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KLAFKE, A. & ARCE, A. O “escritor público”: imprensa e constituição do Estado no Brasil imperial. In: Anais do IX Encontro Estadual de História. [<http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>]

KOSELLECK, R. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOS, I. *O Tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, L. M. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, A. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, L. M., MOREL, M. & FERREIRA, T. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP & A: FAPERJ, 2006.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, R. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

VALENTE, M. *A Ética Estóica em Cícero*. Caxias do Sul: EDUCS, 1958.

RECIBIDO EL 15 DE OCTUBRE DE 2013

APROBADO EL 12 DE NOVIEMBRE DE 2013